COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.241, DE 2015

Altera o tipo penal do artigo 305 da Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, tornando a pena mais rigorosa.

Autor: Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO

Relator: Deputado HUGO LEAL

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Veneziano Vital do Rêgo, propõe a alteração do art. 305 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para tornar mais rigorosa a penalidade a ser imposta ao condutor que se afastar do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída.

De acordo com a proposta, a pena máxima de detenção pela prática do crime de trânsito de evasão do local de acidente passa a ser de três anos, equiparando-a à pena prevista no art. 306 do CTB, aplicada ao condutor que dirige sob efeito de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre o mérito da proposição, que está sujeita à apreciação do Plenário. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em síntese, a proposição em questão, de autoria do nobre Deputado Veneziano Vital do Rêgo, pretende aumentar para três anos o limite máximo da pena de detenção a ser aplicada ao condutor do veículo que se afastar do local de acidente de trânsito, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída.

De fato, essa medida visa inibir o condutor de se evadir do local do acidente, na tentativa de se livrar de qualquer responsabilidade pelo ocorrido, endurecendo as sanções por essa prática covarde. Muitas vezes, o infrator se encontra sob o efeito de álcool ou outra substância psicoativa e, por isso, foge do local do fato para evitar eventual flagrante e para evitar que fique comprovado o estado alterado da capacidade psicomotora.

Ademais, é preciso considerar que a evasão do local do acidente está associada à omissão de socorro. Há casos em que o pronto atendimento de eventual vítima de acidente é imprescindível para preservar sua vida. Nessa situação, a fuga do condutor sem prestar o devido socorro pode ser fatal para o sobrevivente.

Desse modo, consideramos que a pena proposta seja razoavelmente proporcional à gravidade da conduta praticada e concordamos com o autor na equiparação com a pena máxima de três anos aplicada por embriaguez ao volante.

No entanto, numa análise mais acurada das penas estabelecidas no capítulo dos “Crimes em Espécie” observamos que originalmente o legislador buscou trabalhar o equilíbrio entre as penas para as diversas condutas tipificadas neste capítulo. No caso em análise observamos que se adotarmos simplesmente o texto proposta haverá um desequilíbrio com as penas previstas para conduta tipificada no art. 312 do CTB. No art. 305 a conduta é de somente ausentar-se do local do acidente para fugir à responsabilidade penal ou civil, sendo que a pena máxima está sendo aumentada de um para três anos, já no art. 312, a conduta é ainda mais grave, onde o agente atua de forma artificiosa para tentar induzir a erro o agente policial, o perito ou juiz, também no caso de acidente com vítima.

Assim, considerando a proporcionalidade e razoabilidade, entendemos que se faz necessário aumentar a pena máxima da conduta prevista no art. 312, tornando assim a situação equilibrada em relação ao art.

305, com as mesmas penas. Caso contrário, ao invés de fugir, seria mais benéfico ao condutor alterar o estado do lugar do acidente para atribuir a responsabilidade a outrem, já que a pena, para essa conduta seria mais leve.

Ante o exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei de nº 2.241, de 2015, nos termos do Substitutivo em anexo, por entendermos que sanções mais rigorosas são meios eficientes para coibir as infrações e os crimes de trânsito e, conseqüentemente, para garantir a segurança de motoristas, passageiros e demais usuários das vias.

Sala da Comissão, em 29 de Setembro de 2015.

Deputado HUGO LEAL
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.241, DE 2015

Altera os artigos 305 e 312 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar as penas mais rigorosas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os artigos 305 e 312 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar as penas mais rigorosas.

Art. 2º Os artigos 305 e 312 da Lei nº 9.503, de 1997, passam vigorar com a seguinte redação:

“Art. 305.
Penas - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.” (NR)

“Art. 312.
Penas - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Deputado HUGO LEAL
Relator